

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

### RACISMO À BRASILEIRA: QUANTO VALE OU É POR QUILO?

*Francisco Carlos Cardoso da Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** Neste texto, o autor, um professor militante do movimento negro, analisa as características do racismo no Brasil, debate a questão das ações afirmativas, começando por sua própria experiência de vida. Trata-se de uma perspectiva que discute o antirracismo como conjunto de práticas e discursos que produzem subjetividade dissidentes e defendem as cotas como formas de combater as desigualdades de oportunidades que obstaculizam a democratização do ensino.

**Palavras chave:** Cotas. Racismo. Ações afirmativas.

Nascido em Salvador, fui criado em Feira de Santana, desde criança. Mas, desde sempre apaixonado pelo carnaval, morei por três vezes na capital baiana, embora por curtos períodos. Da última vez, minha saída da cidade se deu em função de um acidente que sofri em Feira de Santana que, além de me virar ao avesso, valeu-me o retorno à casa de minha mãe, de onde só sai casado, ainda me recuperando do acidente. Além disso, nunca me habituei a viver num só lugar,

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [scardosos@uol.com.br](mailto:scardosos@uol.com.br).

sobretudo a partir do momento em que me tornei adulto. Como diria Schneider (1990, p. 11), “vivendo num momento que não pode situar em uma ou outra época de sua vida, nem atrelá-lo à ordem de uma duração orientada, o narrador encontra-se, como paciente sobre o divã, num tempo fora do tempo”.

Mas esse meu caráter nômade não faz parte somente da minha vida pessoal; a minha trajetória acadêmica também expressa uma série de movimentos. Fiz o curso de graduação em História, em Feira de Santana, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); o Mestrado em Sociologia foi realizado em Campina Grande, na antiga Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atual Universidade Federal de Campina Grande e cursei o doutorado em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia. Como docente, lecionei um ano e meio como professor de Metodologia do Trabalho Científico (MTC), na Universidade Estadual de Feira de Santana e, desde 1999, ministro aulas de Sociologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no *campus* de Vitória da Conquista.

Além de anunciar esse meu caráter nômade, o motivo pelo qual faço o relato dessa trajetória é também por entendê-lo como importante para explicar as minhas motivações para discutir a problemática étnico-racial.

Entretanto, mesmo estando envolvido diretamente com o Movimento Negro Unificado (MNU), ao qual sou afiliado desde 1995, a crítica é a grande contribuição que este trabalho pode dar para o movimento de combate ao racismo. Para isso, é necessário, tanto quanto possível, alcançar um certo distanciamento do objeto de estudo, compatível com a exigência que requer um trabalho acadêmico. Tal esforço implica num desafio difícil, visto que, como disse, a minha trajetória pessoal inclui o objeto empírico estudado, sendo, então, preciso desterritorializar-me enquanto agente dessa luta e me territorializar enquanto pesquisador.

Assim, mesmo concebendo que toda abordagem pressupõe um recorte e um distanciamento por parte do pesquisador, este não

deixa de lado os seus valores, sua visão de mundo. Mas é preciso se desterritorializar, procurando reduzir o quanto possível a incursão da ideologia, através do esforço da crítica e do diálogo, que nem sempre é tranquilo. Por outro lado, a vinculação com o objeto também me possibilitou captar melhor alguns processos de produção de subjetividades, sobretudo algumas inquietações, como é o caso das ações afirmativas que não se constituem no tema central do trabalho, mas ajudam a pensar as práticas tanto racistas como anti-racistas, importantes para análise que ora proponho.

Discutir racismo implica em recorrer a uma criação imaginativa, sem deixar de registrar, como fez a antropóloga: “ao tratar a memória como antropóloga, estou impossibilitada pela própria formação de pensá-la como individual, pois seria do universo da Psicologia e afins. Assim devo tratá-la como memória coletiva” (BERNARDO, 2003).

Nesse sentido, inicio contando um pouco de minha vida, pois estudar o movimento negro sempre foi para mim um desafio muito grande, parte de outro ainda maior, que foi entrar na universidade quando, estudar, por si só, já era um privilégio, e fazê-lo em tempo integral, sem precisar trabalhar, fazia parte de um sonho.

Diferentemente da maioria dos intelectuais brasileiros, sou filho de pais de origem humilde. Meu pai, um soldado que conseguiu se aposentar como subtenente da Polícia militar da Bahia; minha mãe, como boa parte das negras que têm o privilégio de ter um esposo com emprego, teve que optar entre trabalhar como cozinheira – emprego de pouca remuneração e de baixo *status* – e tomar conta de seus filhos. Tendo escolhido a última opção, o que implicava numa situação ainda mais delicada para garantir a nossa sobrevivência, fui levado a disputar a oportunidade de estudar com mais seis irmãos, uma vez que meus pais enfrentavam grandes dificuldades para garantir acesso à educação para todos. Minha mãe, particularmente, sofria mais ainda com tudo isso, penitenciando-se por não ter alcançado uma formatura na tão sonhada profissão da maioria das mulheres da época – professora – empreendimento cujo requisito, na época, era a conclusão do segundo

grau (atual ensino médio), o que seria suficiente para oferecer aos filhos melhores condições de vida, sobretudo em termos de educação formal.

Enfim, meus pais acreditavam na educação e na superioridade do ensino privado na época, cabendo ao meu pai, como provedor, decidir como e onde estudaríamos. Como os recursos eram escassos e éramos três crianças em idade escolar, não tendo condições de garantir a escola privada para todos, ele tomou a decisão de que pelo menos um de nós estudaria na escola privada e os demais na escola pública. Na época, fui preterido porque, nas minhas séries iniciais, tive sérios problemas de saúde, diagnosticados como decorrentes de deficiências visuais, o que me levou a usar óculos na 2ª série do primeiro grau (atualmente segunda série do ensino fundamental).

Desse modo, meu pai optou, entre os seus três primeiros filhos, por me colocar, juntamente com o meu irmão mais velho, na escola pública, e a minha irmã, com melhor rendimento escolar e como a única filha mulher, na escola privada. Aliado a essa escolha, meu pai entendia que eu deveria ter uma profissão e, por isso, colocou-me para trabalhar em uma oficina de um parente, como aprendiz.

Inicialmente, estudava no turno vespertino e trabalhava no matutino. Não satisfeito com minha disponibilidade de trabalhar um turno, transferiu-me para o turno noturno, a fim de que eu trabalhasse o dia inteiro, atitude contra qual me rebelei, deixando de ir por um bom tempo à escola, o que quase me levou à reprovação naquele ano letivo.

Tudo isso foi muito difícil para mim na época, mas depois entendi o significado daquilo para meu pai: ele almejava que eu aprendesse uma profissão e/ou chegasse a ser gerente do meu tio, que era um modelo de ascensão social para ele. Quanto à minha irmã, ele pretendia que ela se tornasse uma doutora, como são popularmente tratados os médicos e os advogados no nosso país.

Todavia, seu projeto não deu certo, pois minha irmã optou pelo curso de graduação em Antropologia. E eu, mesmo ao concluir o segundo grau, sempre estudando à noite, fui trabalhar no comércio. Eu tinha um sonho de criança a realizar: deixar o trabalho e dedicar todo meu tempo exclusivamente ao estudo.

Não pude, evidentemente, realizar o sonho de estudar em tempo integral nem na infância nem na adolescência<sup>2</sup>. Lembro-me da inveja que sentia dos adolescentes que podiam se dedicar exclusivamente aos estudos. Cheguei a conseguir parte de uma bolsa para fazer um cursinho pré-vestibular, sem, contudo conseguir realizá-lo, uma vez que fui impelido pela necessidade de voltar a trabalhar. Sempre estudando e trabalhando, alguns anos depois de concluir o segundo grau, fui estudar na Escola Técnica de Feira de Santana, sendo este um período de muito esforço, em que ficava estudando madrugada adentro.

As frustrações do meu pai foram ainda mais longe. Três anos após ter concluído o segundo grau, resolvi estudar e fazer vestibular. A reação do meu pai foi contrária à minha decisão, pois, segundo ele, eu não estudara o suficiente para passar. Tive uma contra reação imediata, afirmando que ia fazer e que passaria, pois eu era inteligente, segundo minhas convicções. Feita a prova, meu pai teve acesso ao resultado e teceu o seguinte comentário: “tem um nome igual ao seu na lista dos aprovados, verifique os números dos documentos a fim de conferir se, de fato, você foi aprovado”. Respondi que não faria tal verificação, pois tinha certeza que tinha sido realmente aprovado.

Em suma, eu conto esta história para apontar não apenas um drama individual, mas um fato que ficou registrado numa memória que não se coloca no divã, apenas, mas se projeta na vida de milhares de negros, cuja realidade é atravessada por desafios, e para os quais a educação é fundamental. Portanto, algo que parece ser tão comum para uma criança, como só estudar sem trabalhar, pode tornar-se muito relevante e marcá-la por toda sua vida.

Assim também, outras questões, outras subjetividades existem que, para quem estudou a vida toda em escola particular ou num bom colégio público, se não se pode dizer que impossível, no mínimo será difícil compreender.

Eu não tive cotas, muito pelo contrário, enfrentei uma “contra cotas” desde o maternal até a Universidade onde, aliás, talvez exista o maior aparelho de cotas para os brancos.

<sup>2</sup> Na verdade, eu só consegui me dedicar exclusivamente aos estudos no Mestrado e no Doutorado.

Existem muitas subjetividade embutidas no projeto de um Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) e na luta de combate ao racismo como um todo. São processos de singularização nos quais eu não só me identifico como objeto, mas é também de onde eu falo.

A despeito do distanciamento que anunciei manter durante este debate, não pretende ser neutro, mas interessado, pois não objetivo pacificar as relações raciais e sim denunciar toda forma de opressão nelas contidas, a fim de provocar um novo encontro anti-racista. Não existe um racismo à brasileira, embora o racismo no Brasil tenha a sua particularidade. Como diz Fanon (1983), racismo é racismo: não existe racismo bom ou ruim, maior ou menor.

O racismo no Brasil é tão violento quanto qualquer racismo em qualquer outro lugar. Mas, dentre as suas peculiaridades, podemos destacar o desenvolvimento de uma tecnologia, de uma maquinação eficiente de desfaçatez, combinada com um discurso que produz na população uma vergonha de ter preconceito, sem, entretanto, deixar de tê-lo.

Trata-se de uma tecnologia que se aperfeiçoou nos trópicos, tomando uma nova coloração e uma dimensão assustadora: muito inspirada pelas teorias racialistas, eugenistas, higienistas e todas as outras denominações e situações racistas existentes na Europa (SANTOS, 2002; DIWAN, 2007), essa tecnologia funciona como uma guerra entre as raças e se articula nos diferentes planos – social, econômico, cultural e político – potencializando-se com outras questões, como classe, gênero, homofobismo etc. O racismo no Brasil é tão eficaz que se tornou um modelo tipo exportação, sobretudo pela capacidade de esconder o teor da sua violência.

O título deste relato é ilustrativo dessa questão que ora analiso, em que o objeto escapa da sua mera condição de objeto e assume a fala. O título foi tomado de empréstimo do filme dirigido por Sérgio Bianchi, o qual chama atenção pela imagem do seu cartaz de divulgação. Nele, a atriz Ana Lucia Torres aparece com os braços abertos, acompanhada de várias crianças negras, em uma clara alusão ao negócio que virou a miséria a que está submetida a maioria da população pobre, apontando, com isso, a continuidade da condição do negro na escravidão.

Assim, proponho uma analogia do título do filme com a condição do negro enquanto objeto do qual alguns intelectuais não querem abrir mão. Nesse sentido, predomina a máxima Foucaultiana de que o menor estágio de verdade é condicionado politicamente (FOUCAULT, 1996). Em suma, o que quero dizer é que não cabe aos intelectuais dizer como o movimento negro deve se organizar.

Com efeito, a primeira atitude a ser adotada nessa guerra é de se rebelar contra o racismo, ainda que seja por dentro do Estado, embora reconheça o quanto é perigoso recorrer às instituições, principalmente quando o problema está relacionado à educação<sup>3</sup>.

O próprio movimento negro, no que eu concordo, tem insistido em questionar: por que ninguém critica experiências como o Programa de Recuperação de Bancos? E a forma como foram distribuídas as terras no Brasil desde que esse país era Colônia de Portugal (a sesmaria)? E mais ainda, a própria legalização das terras (a lei de terras), feita com intuito de dificultar o acesso dos negros às terras antes mesmo que esses fossem abolidos da escravidão?

São tantas outras argumentações a favor de ações afirmativas, que eu prefiro me ater a uma análise qualitativa sobre o racismo e o anti-racismo, a ter que recorrer às muitas Estatísticas para justificá-las, ouvindo não só os negros nesta discussão<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Eu digo isso porque existe uma crença, sobretudo por parte dos membros das entidades analisadas em trabalhos anteriores – em que mostro isso em várias entrevistas – de que a educação é solução para tudo. Da minha parte, eu vou em sentido diferente. Primo por questionar a educação, já que ela, da forma que está engrenada na subjetividade capitalística, teria, no mínimo, que ser pensada em outros termos para possibilitar um confronto com a atual concepção. Ao mesmo tempo, seria necessário substituí-la por uma nova subjetividade, capaz de promover novos encontros ou novas vias de passagem, alterando a correlação de forças na escola, sobretudo na universidade. Aliás, essa deveria ser uma das funções das cotas e das outras ações afirmativas enquanto problema mais do que enquanto solução, função esta que defendo ao longo da minha tese de doutorado que tem relação com o devir negro.

<sup>4</sup> Por exemplo, o Ministério da Educação (MEC), através de sua Assessoria de Comunicação Social, em 25/07/2003, informou que o Brasil e os Estados Unidos (EUA) começaram a trocar experiências sobre oportunidades de estudo e ascensão social. O então ministro da Educação, Cristóvam Buarque, e a então ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial para Políticas de Igualdade Racial, receberam advogados e ativistas de direitos humanos norte-americanos integrantes do Affirmative Action Affinity Group (Grupo de Afinidade para Ações Afirmativas). Na oportunidade, o ministro Cristóvam Buarque destacou que as cotas para negros na universidade beneficiam mais o país do que as pessoas: “o Brasil, mais do que os Estados Unidos, precisa aumentar o número de estudantes de origem negra nas universidades [...] Nos EUA, a população negra é minoria, ao contrário de nosso País. Aqui, somos meio-africanos e temos uma elite meio-européia.” Cristóvam Buarque lembrou que somente 115 anos depois da abolição, um negro, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, ocupou um cargo no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, a mim interessa discutir cotas, não para ser a favor ou contra a cota ou qualquer outra ação afirmativa, senão para colocá-la como um problema e não como solução. Nesse jogo de verdade é preciso experimentar, fazer as cotas e entender que elas não têm e não devem ter a missão de resolver o problema da educação; devem funcionar no sentido inverso, ou seja, não de reformá-la, no sentido de consertá-la, devem antes arruiná-la.

Um fato bastante ilustrativo de como o racismo no Brasil, por mais que seja negado, escondido acaba se manifestando, sobretudo em situações de confinamento ou de intimidade: no dia 26 de fevereiro de 2008, foi eliminado no Big Brother Brasil o único candidato negro, de nome Felipe. Vale destacar que essa versão foi a primeira em que os candidatos foram escolhidos sem sorteio. Quanto ao candidato negro, ele ficou todo o tempo se fazendo de bom moço e, às vésperas da sua eliminação, chegaram a comentar que ele estava isolado e que não tinha amigos por ser negro.

Na versão em que o professor baiano, Jean Willis, venceu, desabafou que estava sendo discriminado por ser negro e homossexual, mostrando também formas inusitadas de combate ao racismo, um discurso que denuncia e resiste, ainda que em outro tipo de confinamento, o do Big Brother da Globo, em que os participantes se inscrevem no sonho de conquistar fama e dinheiro.

Ou seja, o racismo, no Brasil e nos EUA, tem suas semelhanças e, por vezes, é necessário ser negro, antes mesmo de ser homem. A despeito dessas semelhanças, o racismo no Brasil não é de fácil definição. De maneira que, com inspiração na letra da música feita por Chico Buarque em parceria com Gilberto Gil (HOLANDA, 2009), uma palavra diz muito na caminhada dessa luta anti-racista “Cale-se”. É que existe um certo incômodo em assumir que nosso país é racista. Corresponde a isso uma militância no Brasil, contra o movimento negro, para o qual eu investigo a hipótese de que essa é mais uma

---

Cristóvam Buarque falou ainda do programa Bolsa-Escola, que beneficia cerca de dez milhões de crianças de 07 a 15 anos de todas as raças, embora a maioria seja negra. As famílias dessas crianças ganham entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00 por mês para mantê-las na escola. Admitiu, porém, que o Brasil é profundamente perverso na distribuição da Educação: “gasta-se US\$ 100 mil para custear um aluno vindo da classe média, em toda sua vida estudantil, e apenas US\$ 1,5 mil com o aluno pobre” (FARIA, 2003, p.1).



modalidade de racismo mais próxima do racismo do que o contrário. Trata-se de uma tentativa de fazer calar o movimento negro e colocá-lo como um mero objeto de alguns intelectuais que se sentem donos da problemática social no Brasil, especialmente das relações raciais. Como os compositores da música mencionada disseram para a ditadura, anuncio como um imperativo para o anti-racismo: “afasta de mim este cale-se / de vinho tinto de sangue”(HOLANDA, 2009).

Por outro lado, a letra me toca não só na sua mensagem de protesto, ela me chama atenção para a criação artística e o talento desses gênios da música brasileira que, como outro, Milton Nascimento, para desenvolverem as suas capacidades, precisaram de condições e oportunidades. Ou seja, independentemente da cor, deles, um foi adotado por uma família de boas condições financeiras; outro é filho de Sérgio Buarque de Holanda; e outro é filho de um médico importante em Vitória da Conquista, na Bahia. Todos tiveram oportunidades e estes exemplos servem para refletir sobre a ineficácia do mérito: há muitos negros como Chico e Gil na poesia e há muitos brancos com a capacidade para interpretar de Milton. Provavelmente nós só conheceremos aqueles que se destacaram porque tiveram oportunidades.

Não é coincidência que os negros, proporcionalmente, têm menos oportunidades que os brancos, tampouco se trata de uma novidade. A questão é que, quando se fala de racismo no Brasil, existe um “CALE-SE” bem grande a enfrentar para o qual eu pergunto: será que isso não corresponde a mais uma forma de racismo cometido contra os negros?

É procurando responder a esta questão que venho estudando, faz dez anos, a luta de combate ao racismo, sobre o qual a nossa conversa está apenas começando. Há muito a discutir e o espaço presente permite apenas eu me posicionar diante de tais polêmicas e convidá-los para o debate que desenvolvo melhor na minha tese de doutorado. Trata-se de um estudo em que parto dos discursos e das práticas propriamente ditas do movimento negro, buscando

compreender os sentidos e os não-sentidos dessas ações dos sujeitos que sentem no corpo a violência do racismo. Resistir implica em criar, conectar e pode levar à captura e, ao mesmo tempo, bater de frente com o código dominante, através de alianças como a que se faz com o movimento das mulheres, o Movimento dos Sem Terra (MST), dos homossexuais, enfim, com os devires minoritários, ainda que seja uma produção com o inexistente, com a ideia e, principalmente, com a literatura (CARDOSO DA SILVA, 2008).

### BRAZILIAN'S RACISM

**Abstract:** In this paper, the author, a teacher and militant of the black movement, analyzes the characteristics of racism in Brazil, debates the issue of affirmative action, starting with his own life experience. It is a perspective that discusses anti-racism as a set of practices and discourses that produce dissident subjectivity and defend racial quotas as ways to combat the inequalities of opportunity which hinder the democratization of education.

**Keywords:** Quotas. Racism. Prejudice.

### Referências

BERNARDO, Terezinha. **Negras, Mulheres e Mães:** Lembranças de Olga de Alaketu. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Estatuto da Igualdade Racial.** Biblioteca digital da Câmara de Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2010. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4303/estatuto\\_igualdade\\_racial.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4303/estatuto_igualdade_racial.pdf?sequence=1)>.

CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos. **As Invenções Negras na Bahia:** Pontos para a discussão do racismo à brasileira. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa Pós- Estudos Graduados de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2008.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FARIA, Súsán. **Brasil e EUA trocam experiências sobre cotas nas universidades**. 25 jul. 2003. Disponível em: [http://www.adami.adv.br/eventos2/17\\_03.asp](http://www.adami.adv.br/eventos2/17_03.asp)>.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau ed.,1996.

HOLANDA, Chico Buarque. **Cálice**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/chicobuarque>>. 2009.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A Invenção do Ser Negro**: Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de Palavras**: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Campinas: Unicampi, 1990.

*Artigo recebido em: 1/3/2012*

*Aprovado para publicação em: 30/05/2012*